

Elói Martins Senhoras
(Organizador)

COVID-19:

Consequências econômicas e organização social



 **Atena**
Editora
Ano 2021

Elói Martins Senhoras
(Organizador)

COVID-19:

Consequências econômicas e organização social



Atena
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes editoriais

Natalia Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalo de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

COVID-19: consequências econômicas e organização social

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Flávia Roberta Barão
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizador: Elói Martins Senhoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C873 COVID-19: consequências econômicas e organização social / Organizador Elói Martins Senhoras. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-336-8

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.368210508>

1. Pandemia. 2. Covid-19. 3. Economia. 4. Organização social. I. Senhoras, Elói Martins (Organizador). II. Título.

CDD 614.5

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

O objetivo do presente livro, “COVID-19: Consequências Econômicas e Organização Social” é analisar o pandêmico fenômeno de difusão multilateral da Doença do Coronavírus 2019 (COVID-19) por meio de um esforço coletivo desenvolvido a várias mãos à luz de uma absorvente abordagem multidisciplinar alicerçada no diálogo entre diferentes campos epistemológicos do conhecimento.

A justificativa para o desenvolvimento desta obra é oriunda dos problemáticos impactos multiescalares e multidimensionais transbordados pelo vírus SARS-CoV-2 em uma curtíssima temporalidade, razão pela qual os vinte e sete pesquisadores e pesquisadoras envolvidos buscaram adensar a massa crítica de estudos multidisciplinares sobre o emergente fenômeno da pandemia da COVID-19.

O perfil multitemático das discussões apresentadas neste livro reflete um esforço conjunto desenvolvido sincronicamente, durante o contexto de difusão pandêmica da COVID-19 no mundo, por um conjunto de profissionais com distintas idades, gêneros e formações acadêmicas e origens em instituições públicas e privadas de ensino superior do Brasil, Moçambique e Portugal.

Organizada em oito capítulos, com distintas abordagens e contribuições relacionadas à análise da complexa pandemia da COVID-19, esta obra foi construída à luz de um paradigma eclético que valorizou a amalgamação de uma pluralidade teórico-conceitual e metodológica através de um conjunto diversificado de profissionais de distintas áreas do pensamento científico.

As pesquisas apresentadas neste livro foram estruturadas a partir de uma abordagem exploratória, descritiva e explicativa quanto aos fins e quali-quantitativa quanto aos meios, por meio de uma combinação metodológica dos procedimentos de revisão bibliográfica e revisão integrativa no levantamento de dados com a análise de dados por meio de estudos de caso, hermenêutica e análise estatística.

Fundamentada pelo estado da arte e pela pluralidade do pensamento científico, este livro de coletânea é amplamente indicado para estimular a reflexão e o debate público e científico, ao combinar estudos teóricos e empíricos que trazem uma rica contribuição analítica com repercussões prescritivas no *polycymaking* diante da complexa realidade pandêmica no mundo.

A indicação deste livro é recomendada para um extenso número de leitores, uma vez que foi escrito por meio de uma linguagem fluída e de uma abordagem didática que valoriza o poder de comunicação e da transmissão de informações e conhecimentos, tanto para um público leigo não afeito a tecnicismos, quanto para um público especializado de acadêmicos interessados pela pandemia da COVID-19.

Excelente leitura!


Elói Martins Senhoras

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

ISOLAMENTO SOCIAL E A TRAGÉDIA DOS COMUNS: UMA ABORDAGEM SISTÊMICA


Leandro Frederico Ferraz Meyer

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3682105081>

CAPÍTULO 2..... 14

CIÊNCIA, FAKE NEWS E CONTROLE SOCIAL EM TEMPOS DE COVID-19

Claudomilson Fernandes Braga

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3682105082>

CAPÍTULO 3..... 24


DIFICULDADES NA ADAPTAÇÃO AO ENSINO REMOTO DURANTE A PANDEMIA DO SARS-COV-2

Deysiane Maria Barbosa da Silva

Maria Carolina Duarte dos Santos

Thalyson Thiago Galdino Pinto

Zuinglia Oliveira da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3682105083>

CAPÍTULO 4..... 34

COMPLICAÇÕES CARDIOVASCULARES ASSOCIADAS AO COVID-19

Sara Bastos de Oliveira

Nayane Barros de Souza do Nascimento

Cristianne Andréia Leandro da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3682105084>

CAPÍTULO 5..... 42

PERFIL CLÍNICO E EPIDEMIOLÓGICO DOS PACIENTES HOSPITALIZADOS NO BRASIL POR SÍNDROME RESPIRATÓRIA AGUDA GRAVE RELACIONADO A COVID-19: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Simone Souza de Freitas

Amanda Dacal Neves

Adrienny Nunes da Silva Tavares

Caline Sousa Braga Ferraz

Cinthia Regina Albuquerque de Souza

Cristiano Berardo Carneiro da Cunha

Danilo Lopes Oliveira da Silva

Julia Mariana Assis da Silva

Jany Kelly Cardoso Silva


Janaina Natalia Alves de Lima Belo

Karla Cordeiro Gonçalves

Nadja Luiz de Santana

Roberto José da Silva Nóbrega

Sara Rosa Piedade Costa Valente

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3682105085>

CAPÍTULO 6..... 53

AN OVERVIEW OF THE APPLICATION OF OLLST DISTRIBUTION IN THE COVID-19 DATA FROM THE STATE OF ACRE


Adolfo Henrique dos Santos Fernandes

Altemir da Silva Braga

Djair Durand Ramalho Frade

Joana Anny Mafalda de Oliveira


Olacir Rodrigues Castro Junior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3682105086>

CAPÍTULO 7..... 62

OPERACIONALIZAÇÃO DO PROTOCOLO COMERCIAL DE MASERU-SADC DE 1996 EM TEMPO DE COVID-19: DESAFIOS DAS EMPRESAS MOÇAMBICANAS (2020)


Viegas Wirssone Nhenge

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3682105087>

CAPÍTULO 8..... 79

PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA EM PORTUGAL E A QUESTÃO DA HABITAÇÃO E DO ARRENDAMENTO

Luís Filipe Gonçalves Mendes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3682105088>

SOBRE O ORGANIZADOR..... 87

ÍNDICE REMISSIVO..... 88

CAPÍTULO 8

PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA EM PORTUGAL E A QUESTÃO DA HABITAÇÃO E DO ARRENDAMENTO

Data de aceite: 02/08/2021

Luís Filipe Gonçalves Mendes

Centro de Estudos Geográficos,
Instituto de Geografia e Ordenamento do
Território da Universidade de Lisboa
Lisboa, Portugal
<https://orcid.org/0000-0001-5281-4207>

RESUMO: A pandemia do Covid19 desencadeou em vários Estados-Membros da União Europeia a necessidade do desenho de Planos de Recuperação de forma a enquadrar o financiamento que permitirá a adoção de medidas mitigadoras de curto e médio prazo, visando a recuperação e a resiliência da economia e da sociedade. No caso português, desenvolveu-se o Plano de Recuperação e Resiliência que configura um momento chave e estratégico para a realidade nacional, para o planeamento e ordenamento do território, organização e recuperação das atividades económicas e vida social e cultural do país. Neste capítulo procurarei detalhar a análise em dois aspetos fundamentais que, a meu ver, merecem atenção especial por parte da tutela e do governo português, sob pena de agravarem problemas que existem no mercado de habitação e de arrendamento já desde o pré-covid: reabilitação energética do edificado e o mercado de arrendamento; e a Municipalização e Estratégias Locais de Habitação. Ao longo da análise serão evidenciadas recomendações políticas e terminaremos com a conclusão de que estas reformas devem estar articuladas dentro do quadro das políticas urbanas e sociais existentes,

numa lógica de integração e complementaridade.

PALAVRAS-CHAVE: Pandemia; plano de recuperação e resiliência; habitação; arrendamento; Portugal.

RECOVERY AND RESILIENCE PLAN IN PORTUGAL AND THE QUESTION OF HOUSING AND RENTAL

ABSTRACT: The Covid19 pandemic triggered in several European Union Member States the need to design Recovery Plans in order to frame the financing that will allow the adoption of short and medium term mitigating measures, aiming at the recovery and resilience of the economy and of society. In the Portuguese case, the Recovery and Resilience Plan was developed, which represents a key and strategic moment for the national reality, for the planning and ordering of the territory, organization and recovery of the economic activities and social and cultural life of the country. In this chapter I will try to detail the analysis in two fundamental aspects that, in my opinion, deserve special attention from the Portuguese government, under the risk of aggravating problems that have existed in the housing and rental market since the pre-covid period: rehabilitation energy of the building and the rental market; and Municipalization and Local Housing Strategies. Throughout the analysis, political recommendations will be highlighted and we will end with the conclusion that these reforms must be articulated within the framework of existing urban and social policies, in a logic of integration and complementarity.

KEYWORDS: Pandemic; recovery and resilience

plan; housing; rental; Portugal.

1 | NOTA INTRODUTÓRIA

O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) representa que Portugal poderá aceder a um envelope financeiro sem precedentes em períodos idênticos, que atingirá os 50 mil milhões de euros (M€) em subvenções (a fundo perdido), a que poderão somar-se previsivelmente cerca de 14,2 M€ na modalidade de empréstimos. Tendo presente o forte impacto da pandemia Covid19 na economia e na sociedade e a relevância e urgência no acesso a estas verbas, Portugal foi um dos primeiros países a apresentar à Comissão Europeia o *draft* do seu (PRR), a 15 de outubro de 2020 (Ministério do Planeamento, 2021).

Congratulamo-nos com a oportunidade histórica que a visão, missão, reformas e instrumentos, bem como o financiamento disponibilizado, contidos no atual PRR proporcionará, não só mas também, no âmbito da Habitação nacional. Trata-se de um momento chave e estratégico para a realidade nacional, para o planeamento e ordenamento do território, organização e recuperação das atividades económicas e vida social e cultural do país.

Em plena pandemia, a nosso ver, a apresentação deste PRR tem todo o cabimento para incentivar a sociedade a desenvolver e adotar medidas e mecanismos que venham a normalizar a vida coletiva, a resolver problemas económicos e sociais, quer sejam resultantes, quer sejam agravados pela pandemia. Entre os problemas pré existentes, mas agravados, estão os relacionados, direta e indiretamente, com a habitação.

Do nosso ponto de vista, e no que a esta matéria concerne, o PRR tem sentido e cabimento como um acrescento aos programas e dotações orçamentais já existentes e não como seu substituto. Se assim fosse, o PRR era necessariamente insuficiente nas diferentes soluções e dotações financeiras que prevê.

No entanto, consideramos que o valor agora definido, que reduziu o valor inicial de 2.600 milhões para 1.633 milhões de euros continua a não levar em consideração a carência de habitação em Portugal dedicada à classe média e outras que não têm acesso ao arrendamento a preços acessíveis e nas circunstâncias atuais.

Assim, talvez fosse de reconsiderar as respetivas verbas para que o estado central e autarquias possam resolver finalmente o problema grave da falta de habitação que corresponda às necessidades presentes. Ainda para mais tendo em conta que não é claro que estejam contempladas todas as famílias da classe média cuja taxa de esforço não ultrapasse os 30%. Por outro lado, as 26 mil famílias identificadas no estudo como necessitadas de apoio habitacional pelo Instituto Nacional de Habitação e Reabilitação Urbana e Autarquias Locais não correspondem ao número real de famílias com necessidades de habitação a preços acessíveis, pois como tem sido evidente pelas informações da Covid19, o número de famílias a precisar de apoio em geral e em particular de habitação

vem crescendo exponencialmente.

Obviamente que sendo a habitação de propriedade pública apenas de 2% a intervenção pública na construção de nova e de reabilitação da existente é um passo determinante na resolução de parte do problema.

Neste documento, que é complementar de outros pareceres que também produzi no âmbito da Rede H (2021) e da AIL – Associação dos Inquilinos Lisbonenses (2021), procurarei detalhar análise em dois aspetos fundamentais que, a meu ver, merecem atenção especial por parte da tutela e do governo português, e cujo desenvolvimento segue: reabilitação energética do edificado e o mercado de arrendamento; e a Municipalização e Estratégias Locais de Habitação.

21 A REABILITAÇÃO ENERGÉTICA DO EDIFICADO E O MERCADO DE ARRENDAMENTO

Congratulamo-nos com a inclusão da reforma da Eficiência Energética em Edifícios (Componente 13) na dimensão da Transição Climática, já que esta dinamizará uma agenda de inclusão económica, criação de emprego e riqueza direta e indireta nos setores de produção de energias renováveis, mas também inclusão social pelo combate da pobreza energética no setor residencial e melhoria das condições de habitabilidade, designadamente, por via do conforto térmico, da população abrangida. Contribui, a médio e longo prazo, para o desafio da neutralidade carbónica do país através da promoção da redução significativa das emissões de carbono no setor residencial, como setor relevante a par dos transportes e indústria. Portanto, a par da “Eficiência energética em edifícios da administração pública central”, prevêem-se também importantes medidas desta natureza em edifícios residenciais que, mediante a renovação e reabilitação energética do parque edificado, contribua para um aumento da eficiência energética deste, tanto por construção nova, como por reabilitação urbana, que aumente os níveis de conforto térmico e habitacional das populações e gere ganhos em termos de eficiência energética.

Todavia, gostaríamos de apelar para os efeitos nefastos que estas medidas podem ter no atual mercado de arrendamento ultraliberalizado, sem regulação ou controlo de rendas, como é o caso do português, apesar de forte regulamentação. A promoção de investimentos numa significativa vaga de renovação/reabilitação energética de edifícios residenciais implica obras de melhoria ao nível da envolvente, através, por exemplo, do isolamento térmico das paredes, do isolamento térmico das coberturas e dos envidraçados, nos sistemas de climatização para aquecimento e/ou arrefecimento, que são de custos elevados.

Noutros Estados-Membros, as obras profundas associadas à reabilitação energética de edifícios têm-se traduzido em aumentos diretos nos valores do arrendamento, recaindo o ônus desta transição no inquilinato, aumentando as taxas de esforço neste setor e

aumentando o risco de despejo. No âmbito do Acordo Verde Europeu, e cujas medidas e impactos positivos não descuramos, diversas consequências deste género estão a registar-se no mercado de arrendamento de Londres e Berlim, gerando as já conhecidas “renovictions”. No setor de arrendamento habitacional, o consumo de energia e a tributação de emissões de energia têm efeitos de direção muito limitados. Os inquilinos não têm a possibilidade de investir em medidas de economia de energia. Isso só pode ser feito pelos proprietários. Mas os proprietários não são afetados por essa tributação, pois os impostos são repassados aos inquilinos pelo aumento do valor das rendas. Por esse motivo, também precisamos de incentivos positivos e / ou negativos com base legal, direcionados aos proprietários. Portanto, o financiamento público para a reabilitação energética de habitações privadas para arrendamento deve ser combinado de acordo com os limites de renda, a fim de evitar a capitalização do financiamento (IUT, 2020).

Pedimos especial cautela no caso português, pois a invocação do motivo de obras profundas, contemplada no Novo Regime de Arrendamento Urbano – NRAU 2012 – ,tem sido uma das principais causas de despejo dos inquilinos, o que torna difícil a aplicação desta reforma, sem uma reforma paralela ao nível da legislação e do mercado de arrendamento, sob risco de, por via do aumento da vulnerabilidade residencial no mercado de arrendamento (Mendes, 2017), pôr em causa o alinhamento desta reforma do PRR com os três pilares da UE para os quais é tributário: transição verde; crescimento verde, sustentável, inteligente e inclusivo; e a coesão social e territorial. Tudo pilares caros ao modelo social europeu e à justiça social e espacial que preconiza.

3 I MUNICIPALIZAÇÃO E ESTRATÉGIAS LOCAIS DE HABITAÇÃO

Perante as enormes desigualdades socioterritoriais em matéria de questão habitacional que se encontram a montante da crise pandémica e da implementação do PRR, defendemos que a territorialização da política pública de habitação deve ser sensível e ajustada à diversidade geográfica e escalar das diferentes necessidades em função das distintas realidades e públicos-alvo. Nesta matéria, argumentamos também que as prioridades não podem ser estabelecidas tendo por base “quem chega primeiro ao pote”, em função do calendário local parcial e fragmentado estabelecido por cada Estratégia Local de Habitação (ELH). Há que articular os diagnósticos municipais e as diversas ELH de acordo com uma visão estratégica que sistematize uma missão de consecução e efetivação do acesso à habitação à luz de um Sistema Nacional de Habitação e de um Programa Nacional de Habitação (que não existe, tal como previsto pela Lei de Bases da Habitação - LBH), que implicasse – tal como está previsto na referida LBH - a mobilização do património público devoluto para arrendamento e a promoção da construção, reabilitação ou aquisição para habitação pública.

Desta feita, corre-se o risco deste importante esforço de resolução nacional do

problema estrutural da habitação se esgotar num mero programa de obras públicas. Esta visão restrita, se desarticulada e desprovida de regulação e acompanhamento coordenado por parte do Estado Central, poderá também conduzir a que o pendor municipalizado desta reforma resvale para a valorização de um paradigma de construção nova massificada de habitação social, em conjuntos de grande escala, não promovendo o paradigma da reabilitação urbana, como previsto pela NGPH. Assim, poderemos estar a repetir os erros já causados pelo Programa Especial de Realojamento (PER) nos anos 90.

O PER teve, de facto, a nobre missão de eliminar os bairros de barracas e fornecer formas de produção e apropriação de habitação mais dignas a grupos de baixo estatuto socioeconómico que não tinham acesso ao direito à habitação. Mas é hoje consensual, em termos científicos, na opinião pública e até em certos setores da vida política, que o processo de demolição e realojamento do PER teve consequências sociais e urbanas negativas. Em primeiro lugar, destruiu o tecido social, fragmentando a coesão e os laços sociais já criados nas comunidades, fazendo tábula rasa da geografia social pré-existente, desenraizando a comunidade e apenas a deslocalizou, com as suas problemáticas, dificuldades e limites, para outras áreas mais periféricas. A exclusão territorial agudizou-se, pois a implantação dos novos bairros fez-se isolada e desintegrada da malha urbana existente, e também da rede de infraestruturas e dos serviços existentes, dificultando a sua integração na continuidade do tecido urbano envolvente, reforçando a fragmentação socioespacial, a segregação residencial e um território desprovido de coesão social e territorial. Construíram-se novos bairros de habitação social massificada, administradas pelos municípios das Áreas Metropolitanas, localizadas em territórios ainda mais isolados e remotos, periféricos relativamente aos centros de vivência e de vida urbana dos municípios. A marginalidade territorial que se queria ver superada, para resolver também a marginalidade social, apenas produziu mais exclusão territorial (Cachado, 2013; Santos, 2015; Viegas, 2019).

Percebemos que para contrariar esta lógica, é necessário que se continue a apostar num modelo de habitação social, mas articulado com programas de habitação e arrendamento acessível, num modelo de produção (já não necessariamente de nova construção) e reabilitação e reconversão de património público devoluto de vocação residencial já existente, que garanta cotas de atribuição a diferentes grupos sociais, permitindo uma mistura residencial e social, numa lógica inclusiva. Uma medida proposta pelo grupo de investigação do projeto EXPERTS do Instituto de Ciências Sociais e do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa é a de que, por exemplo, ao nível do planeamento urbano e de licenciamento urbanístico, a execução de programas de habitação social deverá envolver a cedência de terrenos ou edifícios públicos com uma distribuição territorial mais equilibrada, privilegiando as áreas mais consolidadas da cidade, com um melhor acesso a equipamentos e serviços públicos, forma de garantir um certo mix residencial e social, mitigando a tal fragmentação socioespacial

(Alegra et al., 2017).

Para isso é necessário que as câmaras municipais mobilizem e valorizem o património imobiliário municipal e promovam a sua manutenção ou reabilitação, de modo a salvaguardar uma utilização plena no cumprimento da função social da propriedade, sobretudo tendo em conta as necessidades das populações mais vulneráveis ou em risco social, dando prioridade aos despejados ou em situação de despejo.

Há que retomar a iniciativa municipal na elaboração de projetos e realização de obras de reabilitação urbana, através de empreitadas circunscritas e de mais reduzido valor, mas com maior utilidade social e valor de uso habitacional para as populações que se demonstrem mais carentes e deficitárias no acesso ao direito à habitação.

É necessária a concretização de Programas de Arrendamento Acessível e Social Municipal que aloquem a criação de uma bolsa de fogos para arrendamento a custos acessíveis e sociais, a partir do património municipal imobiliário disperso, fundamentalmente financiado por dinheiros públicos, não excluindo a criação de incentivos aos particulares para que coloquem património seu nesta bolsa. Desta forma, estarão também os municípios a fazer uso dos instrumentos legais e contratuais ao seu dispor para com urgência ter atuação reguladora de mercado, eliminando/mitigando as distorções que se verificam no arrendamento habitacional de média/longa duração, assim oferecendo resposta em tempo útil a quem procura habitação.

Por outro lado, para fazer cumprir este novo modelo de habitação social, pública e acessível, aproveitando a oportunidade estrutural oferecida pelo PRR, os municípios não devem prescindir da possibilidade de exercer os direitos de preferência e de tomada de posse administrativa que lhes assistem, bem como de facilitação do usucapião, em relação a edifícios que se considerem nucleares para a organização de dinâmicas urbanas locais, suscetíveis de contribuir para a efetivação do direito à habitação. Portanto, como repetidamente temos colocado, há que estancar a alienação de propriedade pública vocacionada para habitação, devendo recuperar-se, para que se aloque a existentes a bolsas destinadas ao arrendamento, preferencialmente geridas a nível municipal, intermunicipal ou metropolitano, considerando o conhecimento local das necessidades, a dimensão patrimonial e a proximidade decisória. Também se podem articular medidas que permitam que as autarquias locais adquiram imobiliário devoluto a preços não especulativos, com o objetivo de o arrendar a preços acessíveis e sociais, regulamentando esta matéria, tal como previsto na LBH.

Ainda sobre o papel dos municípios, e sem menosprezar o princípio da subsidiariedade e a função fundamental do poder local no reconhecimento e implementação de uma política municipal de habitação, deve destacar-se o papel imprescindível e insubstituível do Estado e do Governo Central na definição da Políticas Nacional de Habitação em ordem a proporcionar e a satisfazer as necessidades das famílias, quer quanto à oferta, quer quanto à qualidade, quer quanto ao preço, tendo em conta o nível de rendimento daquelas. É

indubitável que ao Estado incumbe intervir em todos os níveis da definição e planeamento da utilização de solo urbano, no controlo de preços e mais-valias, ser simultaneamente promotor e proprietário de habitação, contribuir na reabilitação do edificado e na oferta de habitação acessível.

Sob pretexto de aplicação do princípio de subsidiariedade e de que se pretende transitar de um paradigma de uma política centralizada e setorial para um modelo de governança multinível, integrado e participativo; reproduz-se um modelo de governo territorial neoliberal para a política pública de habitação que se almeja. O discurso gravita em torno da necessidade de garantir que a política pública de habitação, tendo âmbito nacional, tem uma expressão local e respostas diferenciadas e integradas para os problemas específicos, quer dos agregados familiares quer dos territórios, operacionalizadas em articulação com outras políticas setoriais e em estreita cooperação, envolvendo as autarquias, entidades e comunidades locais. Destaca-se, em particular, o papel imprescindível das autarquias locais na efetivação do direito à habitação, na medida em que a sua relação de proximidade com os cidadãos e o território lhes permite ter uma noção mais precisa dos desafios e dos recursos passíveis de mobilização, sendo a sua ação instrumental, operativa e executora na construção e implementação de respostas mais eficazes e eficientes, orientadas para as comunidades. Esta abordagem da descentralização, autonomia local, subsidiariedade e cooperação, implica todos os níveis da administração pública, com vista a reforçar uma abordagem de proximidade e adequar as competências e recursos às necessidades identificadas.

Por conseguinte, percebe-se que, pelo princípio da subsidiariedade e governança multinível e participada que a suporta, um PRR, à semelhança de uma NGPH e da LBH, preveja uma descentralização para os municípios na execução das políticas de habitação. Contudo, estamos atentos à forma de como esta municipalização da política de habitação está a ser feita, pois corre-se o risco desta tentativa se restringir a uma mera desconcentração das competências do poder central para o poder local, em matéria de cuja responsabilidade de resolução em primeiro lugar pertencem ao Estado Central, e que não sendo acompanhada da transferência dos devidos meios e recursos financeiros, técnicos e humanos, se mantenham os problemas estruturais da habitação. Congratulamo-nos, efetivamente, com o compromisso muito recente do Senhor Ministro das Infraestruturas e Habitação de que os municípios poderão receber taxas de comparticipação de 100% nos investimentos que fizerem no âmbito do Programa do Primeiro Direito¹, contudo, a municipalização da política pública de habitação, tal como prevista no PRR, para além da questão de financiamento, implica algumas reservas quanto à capacidade e real autonomia das equipas técnicas e recursos humanos municipais de a implementarem.

O problema e o desafio da habitação e a sua crise mais ou menos recente sempre foi

¹ Vide <https://www.publico.pt/2021/02/27/economia/noticia/habitacao-governo-comparticipacao-maxima-camaras-garantir-execucao-1952364>

uma questão pluridimensional. Ora, as políticas de habitação devem ser multisectoriais, pluritemáticas e multiescalares, pelo que o racional transescalar que tem de ser adotado condicionará instrumentos e medidas diversas, em função da escala requerida do problema em questão (sejam casos de emergência habitacional, provisão direta e nova construção, apoio ao arrendamento acessível, regulação do mercado, estímulo às ações de escala local e participativas por partes dos atores coletivos das comunidades, entre outros). Estas políticas de habitação devem estar articuladas dentro do quadro das políticas urbanas e sociais existentes, numa lógica de integração e complementaridade.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto SustainLis - Sustainable urban requalification and vulnerable populations in the historical centre of Lisbon (PTDC/GES-URB/28853/2017).

REFERÊNCIAS

AIL. **Plano de Recuperação e Resiliência: comentários e contributos**, Associação de Inquilinos Lisbonenses, Lisboa, 2021. [mimeo]

ALLEGRA, Marco; TULUMELLO, Simone; FALANGA, Roberto; CACHADO, Rita; FERREIRA, Ana Caterina; COLOMBO, Alessandro; ALVES, Sónia. **Um novo PER? Realojamento e Políticas da Habitação em Portugal**. Policy Brief. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2017.

CACHADO, R. Programa Especial de Realojamento. Ambiente histórico, político e social. **Análise Social**, V.48, N.1, pp.134-152, 2013.

IUT. **Um acordo verde europeu amigo dos inquilinos. 11 reivindicações da IUT para o Acordo Verde Europeu**, International Union of Tenants, Estocolmo, 2020, disponível em <https://www.iut.nu/eu/energy/eu-green-deal-pt/> acesso a 15 de Maio de 2021.

MENDES, Luís. Gentrificação turística em Lisboa: neoliberalismo, financeirização e urbanismo austeritário em tempos de pós-crise capitalista 2008-2009. **Cadernos Metrópole**, v.19, n.39, pp.479-512, 2017.

Ministério do Planeamento. **Recuperar Portugal, Reconstruindo o Futuro: Plano de Recuperação e Resiliência**. Fevereiro de 2021. Lisboa, disponível em https://www.consultalex.gov.pt/ConsultaPublica_Detail.aspx?Consulta_Id=183 acesso a 19 de Maio de 2021.

Rede H. **A Questão da Habitação no Programa de Recuperação e Resiliência**, Rede H – Rede Nacional de Estudos sobre Habitação, Lisboa, 2021. [mimeo]

SANTOS, Filipa Serpa dos. **Entre habitação e cidade: Lisboa, os projectos de promoção pública: 1910-2010**. Tese de Doutoramento. Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, 2015.

VIEGAS, Sílvia. Acesso à habitação por todos e para todos? Paradigmas e paradoxos da actualidade portuguesa. **Fórum Sociológico**, n.34, pp.71-80, 2019.

SOBRE O ORGANIZADOR

ELÓI MARTINS SENHORAS - Professor associado e pesquisador do Departamento de Relações Internacionais (DRI), do Programa de Especialização em Segurança Pública e Cidadania (MJ/UFRR), do Programa de MBA em Gestão de Cooperativas (OCB-RR/UFRR), do Programa de Mestrado em Geografia (PPG-GEO), do Programa de Mestrado em Sociedade e Fronteiras (PPG-SOF), do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Amazônia (PPG-DRA) e do Programa de Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (PROFNIT) da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Graduado em Economia. Graduado em Política. Especialista pós-graduado em Administração - Gestão e Estratégia de Empresas. Especialista pós-graduado em Gestão Pública. Mestre em Relações Internacionais. Mestre em Geografia - Geoeconomia e Geopolítica. Doutor em Ciências. *Post-Doc* em Ciências Jurídicas. *Visiting scholar* na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), na University of Texas at Austin, na Universidad de Buenos Aires, na Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, México e na National Defense University. *Visiting researcher* na Escola de Administração Fazendária (ESAF), na Universidad de Belgrano (UB), na University of British Columbia e na University of California, Los Angeles. Professor do quadro de Elaboradores e Revisores do Banco Nacional de Itens (BNI) do Exame Nacional de Desempenho (ENADE) e avaliador do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (BASIS) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC). Professor orientador do Programa Agentes Locais de Inovação (ALI) do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/RR) e pesquisador do Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais (CENEGRI). Organizador das coleções de livros Relações Internacionais e Comunicação & Políticas Públicas pela Editora da Universidade Federal de Roraima (UFRR), bem como colunista do Jornal Roraima em Foco. Membro do conselho editorial da Atena Editora.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acre 53, 57, 61
Administração pública 81, 85, 87
Alunos 24, 26, 29, 30, 32
Aprendizagem 11, 24, 25, 26, 32
Arquétipos 1, 3, 4
Arrendamento 79, 80, 81, 82, 83, 84, 86
Atendimento hospitalar 1, 8, 9, 10, 12, 35
Aulas 26, 30, 32

B

Brasil 17, 18, 19, 20, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 49, 50, 51

C

Cardiopata(s) 35, 37, 39
Ciência 2, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 43, 51, 86
Comércio internacional 64, 70, 71, 75, 76, 77
Comorbidade 37, 50
Complexidade 2, 3, 44
Contágio 9, 10, 12, 19, 45
Controle social 14, 15, 19, 20, 21, 22
Coração 36, 39, 40
Coronavírus 12, 19, 34, 35, 40, 41, 43, 44, 45, 51, 61, 62, 64, 66, 71, 73, 76
COVID-19 1, 8, 10, 12, 14, 15, 19, 20, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77

D

Discentes 25, 26
Docentes 25, 26, 27, 31
Doença 8, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 43, 44, 45, 48, 50, 61, 62, 64, 71

E

Economia 6, 10, 11, 66, 67, 68, 71, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 85, 87
Educação 18, 24, 25, 26, 32, 33, 64, 71, 78, 87
Eficiência energética 81
Ensino remoto 24, 26, 27, 31, 32, 33

Epidemiologia 43, 45, 49

F

Fake news 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23

H

Habitação 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86

I

Infecção 20, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 43, 44, 48, 50

Isolamento social 1, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 35

J

Jornalismo 15, 16

L

Lesão cardíaca 34, 37, 40

M

Maseru 62, 63, 64, 65, 66, 69, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78

Mentira 16, 17, 18, 22

Moçambique 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 78

Modelos mentais 1, 11

N

Notícias 16, 17, 18

O

OMS 15, 35

P

Pacientes 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50

Pandemia 1, 3, 7, 10, 12, 15, 18, 19, 20, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 37, 40, 43, 44, 45, 49, 50, 51, 66, 71, 72, 74, 76, 77, 79, 80

Pensamento sistêmico 1, 2, 3, 4, 11, 12, 13

Perfil clínico e epidemiológico 42, 43, 45, 47, 50

Política pública 1, 3, 9, 10, 12, 20, 82, 85

Portugal 79, 80, 86

Princípio da alavancagem 3, 4

Professores 24, 25, 26, 29, 31, 32

Protocolo comercial 62, 64, 65, 74, 75

R

Reabilitação 37, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85

Revisão integrativa 42

S

SADC 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 75, 76, 77, 78

SARS-CoV-2 24, 43, 44, 48, 49, 50, 51, 52, 62, 63, 64

Saúde 3, 4, 8, 9, 10, 12, 15, 18, 20, 24, 25, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 48, 49, 50, 51, 52, 61, 66, 71, 72, 73, 74, 76

Sistema cardiovascular 34, 35, 38, 39, 40

Sistema respiratório 34, 35, 36

Sociedade 18, 19, 20, 21, 24, 50, 74, 76, 79, 80, 87

SUS 44, 45, 50

T

Tragédia dos comuns 1, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 11



V

Vacina(s) 3, 12, 15, 17, 18

Verdade 14, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 74

COVID-19:




Consequências econômicas e organização social

-  www.arenaeditora.com.br
-  contato@arenaeditora.com.br
-  [@arenaeditora](https://www.instagram.com/arenaeditora)
-  www.facebook.com/arenaeditora.com.br



COVID-19:

Consequências econômicas e organização social

-  www.arenaeditora.com.br
-  contato@arenaeditora.com.br
-  [@arenaeditora](https://www.instagram.com/arenaeditora)
-  www.facebook.com/arenaeditora.com.br

